



Uma análise da Educomunicação de foco ambientalista na construção de um novo “Mundo da Vida”¹

Monica PINTO²

Myrian Del Vecchio de LIMA³

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

RESUMO

O presente trabalho apresenta conexões entre os objetivos dos enunciados produzidos por entidades do terceiro setor de foco ambientalista e os pressupostos teóricos da Construção Social da Realidade e, em menor escala, da Fenomenologia. Discute o papel da Comunicação e, mais além, da apropriação de suas ferramentas pela Educação formal, numa interface potencialmente promotora de conscientização ambiental e, portanto, capaz de impulsionar transformações nos modelos ainda vigentes de produção e de consumo.

PALAVRAS-CHAVE: interfaces comunicacionais; comunicação ambiental; educação ambiental; fenomenologia; terceiro setor.

As reflexões oriundas da interface entre educação e comunicação encontram nas temáticas socioambientais um universo de práticas cada vez mais presentes neste campo interdisciplinar. De modo geral, o propósito é o redimensionamento do papel dos indivíduos e da sociedade em relação ao meio onde vivem, ao engajá-los em procedimentos e ações que tenham como premissa a educação ambiental.

Joas (1996) enfatiza que, entre sociólogos, antropólogos e filósofos, se firmou o entendimento segundo o qual a ação humana é inerentemente criativa. Nesse sentido, Otsuki (2011) defende que “o meio ambiente também deve ser compreendido como o que permite ações criativas” (p. 107), demonstrando que, para tanto, o conceito de “Mundo da Vida”, central na Fenomenologia e aqui examinado, torna-se útil.

No momento atual de crise ambiental planetária, em que a Ciência corrobora os efeitos nefastos do modelo predatório que permeia as relações entre seres humanos e os

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Jornalismo do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul e realizado de 26 a 28 de maio de 2011.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR, email: jornalistamonicapinto@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social e do Curso de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFPR, email: myrianv@ufpr.br



recursos naturais, se mostra plenamente oportuno alimentar essa criatividade em prol do estabelecimento de novas instituições e tipificações – aqui entendidas sob a ótica teórica da construção social da realidade, em um processo que, além de criativo, se caracterize por um profundo viés emancipador e, sobretudo, transformador.

Com esse objetivo, o presente trabalho percorre um breve roteiro em que situa a emergência do movimento ambientalista; a percepção de “progresso” ainda predominantemente vigente no “Mundo da Vida” e os potenciais da apropriação, pela educação formal, de elementos da comunicação do terceiro setor, para a devida mediação.

Ambientalismo: uma nova forma de pensar o mundo

A origem do movimento ambientalista, enquanto organização da sociedade civil em prol de causas específicas, varia em função de países e de suas respectivas lutas. Peñafiel (2005) aponta uma posição de vanguarda na Grã-Bretanha Vitoriana, a partir do lançamento do livro “*The Natural History of Selbourne*”, de Gilbert White, em 1788. No trabalho, o autor defendia simplicidade e humildade como metas comportamentais capazes de restaurar a convivência pacífica do homem com a natureza.

Ainda conforme Peñafiel (2005), uma segunda manifestação britânica significativa, da mesma época, foi a cruzada contra a crueldade com os animais, sob a condução das entidades *Society for the Protection of Animals* e *A East Riding Association for the Protection of the Sea Birds*.

Nos Estados Unidos, a publicação, em 1864, de *Man and Nature*, de George Perkins Marsh, traz um alerta cuja correção permanece atual, ao antecipar que a destruição dos recursos naturais ameaçava a qualidade da vida humana no planeta e ao afirmar que o homem “há muito esqueceu que a terra lhe foi dada somente em usufruto e não para consumo, e menos ainda para desperdício despuadorado” (PEÑAFIEL, 2005, p. 15).

Para Castells (1999), “a busca de qualidade ambiental e uma perspectiva de vida ecológica são idéias do século XIX que, em termos de manifestação, mantiveram-se por muito tempo restritas às elites ilustradas dos países dominantes” (p. 153). O autor destaca que, por mais de um século, essas idéias perduraram “como tendência intelectual bastante restrita” (p.154), e que, embora possam ser destacados alguns



pioneiros, como Alice Hamilton e Rachel Carson nos Estados Unidos, antes da primeira metade do século XX, foi apenas no final dos anos 1960 que

“nos Estados Unidos, Alemanha e Europa Oriental surgiu um movimento ambientalista de massas, entre as classes populares e com base na opinião pública, que então se espalhou rapidamente pelos quatro cantos do mundo”. (CASTELLS, 1999, p.154).

Ainda segundo Castells (1999), se tomada por base a avaliação dos movimentos sociais por sua produtividade histórica, ou seja, por seu “impacto em valores culturais e instituições da sociedade”, o movimento ambientalista conquistou posição de destaque nos últimos 25 anos do século XX.

No Brasil, a emergência de organizações ambientalistas, embora iniciada na década de 50, se acelerou nos anos 70, sob o estímulo da Conferência de Estocolmo em 1972⁽⁴⁾, aponta Jacobi (2003). Segundo o autor, nessa ocasião ganharam corpo acusações de alguns países desenvolvidos quanto à ausência de normas ambientais predominante nos países em desenvolvimento, cobrança que estes, por sua vez, de modo geral, encararam como uma interferência em seus planos de progresso.

No Brasil, por exemplo, as restrições ambientais eram conflitantes com as estratégias de desenvolvimento apoiadas justamente na implantação de indústrias poluentes como a petroquímica e a instalação de grandes projetos energéticos-minerais. É importante ressaltar que a postura brasileira coincide com o período de auge de crescimento econômico do país, atingindo 10% ao ano. (JACOBI, 2003, p. 521)

Essa percepção antagônica entre desenvolvimento e preservação dos recursos naturais pode explicar o fato de, até o final dos anos 90, aos protagonistas na luta pelas causas ambientais ter sido imposta a pecha de “eco-chatos”, conforme apontam Tomasoni (2005). Segundo eles, tal leitura “evidenciava a relativa discriminação” sobre os movimentos sociais inseridos nesse nicho, o que, em sua análise, se atesta pelo “parco espaço” conferido às reflexões levantadas por estes grupos, especialmente no âmbito da mídia.

⁴ A Conferência de Estocolmo inaugurou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e definiu prioridades no tratamento do tema, sensibilizando a comunidade internacional sobretudo quanto à interdependência das questões sociais e ambientais.



Para Cruz (2009), o advento da Rio-92⁽⁵⁾ constituiu-se em um marco na reconciliação entre meio ambiente e desenvolvimento, ao inaugurar uma nova forma de pensar o mundo, uma nova aliança entre as sociedades política, econômica e civil. O evento também é visto como indutor de um significativo aumento da visibilidade das questões socioambientais na mídia nacional.

É com base nesta “nova forma de pensar o mundo” que se pode estabelecer conexões entre os enunciados ambientalistas, disseminados por entidades da sociedade civil organizada, e o cabedal teórico da Fenomenologia e da Construção Social da Realidade.

O progresso no Mundo da Vida

Dentro do processo de construção social da realidade, ao longo dos últimos séculos, o progresso foi sendo institucionalizado como algo prioritário, meta de nações e suas sociedades - um sinônimo de qualidade de vida sem, no entanto, associá-la à qualidade ambiental.

Reformulações desse modelo implicam num esforço tanto mais árido pelo fato de a chamada grande mídia – ela própria uma instituição – ter atuado tradicionalmente como legitimadora do progresso a qualquer preço, reforçando o alerta de Wolton (2003), para quem “a Comunicação, sempre ambígua no plano da experiência, precisa ser mediada por conhecimentos” (p. 46).

Essa percepção vigente no tecido das sociedades industriais contemporâneas, em escala planetária, ensejou um conjunto de atitudes deletérias aos recursos naturais, incorporadas ao cotidiano de várias gerações, incluídas as da população brasileira. Tais atitudes operam sobre cada indivíduo, sendo conformadoras de seu “Mundo da Vida”, O conceito, central da Fenomenologia, é entendido por Schutz (1979) como o arcabouço subjetivo da participação da pessoa em sua comunidade, produto de esforços para autodefinir seu lugar, seu discurso, seu papel no grupo geral e, especificamente, nos subgrupos aos quais pertence. Dito de outro modo, na prática, as operações de produção e consumo arraigadas nas sociedades industrializadas adequaram-se ao Mundo da Vida

⁵ Em 1989, a Resolução 44/228 da ONU convoca a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cnumad), posteriormente conhecida como Cúpula da Terra, Eco-92 e também Rio-92. No evento, são gerados importantes documentos que regem a cooperação internacional ambiental, tais como a Agenda 21, a Convenção-Quadro sobre mudanças climáticas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a própria Declaração do Rio.



dominante nos últimos séculos – aquele em que a instituição do progresso caminhava dissociada da necessidade de preservação ambiental.

Um exemplo significativo dessa concepção está na premissa “governar é abrir estradas”, lema do então presidente do Brasil Washington Luis, na década de 20. Na atualidade, contudo, verifica-se que, em regiões com remanescentes importantes de matas nativas, a abertura de uma estrada cria o chamado efeito “espinha de peixe”, confirmado cientificamente como propulsor de degradação ambiental.

Ao analisar os padrões de desflorestamento em áreas tropicais, Mendoza e Anderson (2002) apontam a complexidade desse processo pela abrangência de “diferentes variáveis e fatores, tanto social e econômico, quanto políticos e ecológicos”. Porém, entre os cinco “agentes do desflorestamento” que elencam, incluem a “acessibilidade”, citando diretamente a construção de estradas.

Na década de 50 acontece outro fato emblemático da instituição do modelo de progresso no “Mundo da Vida” ainda predominante. A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea (2006) considera 16 de junho de 1956 como “a data de nascimento da indústria automobilística no Brasil” (p. 94), posto que, nesse dia, o então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, assinava o decreto de criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Grelia), tido como operador da alavancagem do segmento no país. Um processo cujo desenrolar se mostrou tão bem sucedido que, na visão da entidade, é surpreendente:

JK jamais poderia imaginar que o Brasil - com o maior número de montadoras instaladas do mundo - tornar-se-ia o décimo produtor mundial de veículos, quinto maior produtor de caminhões e primeiro produtor mundial de ônibus (ANFAVEA, 2006, p. 94).

Posteriormente, os governos da ditadura militar acirraram um padrão de desenvolvimento em que o ideal de progresso se consolidava plenamente dissociado da preservação ambiental. Ao contrário, como mostra Lene (2010), o período pós-1964 foi marcado pela criação de mecanismos de incentivo à entrada de moeda estrangeira no país, por intermédio de uma maior facilidade na remessa de lucros, ao mesmo tempo em que eram “oferecidos, para exploração, recursos naturais em abundância, mão-de-obra barata e um mercado consumidor potencialmente amplo” (p. 25).

O conhecimento científico produzido depois, em grande escala, atesta os prejuízos dessa relação predatória com a natureza, de modo a alavancar transformações na cultura vigente – no caso em questão, promovendo um maior discernimento quanto



aos impactos ambientais de intervenções patrocinadas pelos poderes públicos sob a égide da necessidade de alcançar o “progresso”.

Em paralelo à popularização do conhecimento científico por intermédio da mídia, também no âmbito de organizações não-governamentais de atuação ambientalista verifica-se um sistemático investimento em questionar práticas institucionalizadas, interferindo no “acervo geral de conhecimentos admitido como certo pelo indivíduo” (BERGER e LUCKMANN, 2002, p. 78).

Ao utilizar seu poder de comunicação no disseminar das relações de causa e efeito entre os modelos dominantes de produção e consumo e problemas de saúde pública, extinção de espécies da flora e da fauna – só para citar duas conseqüências -, algumas ONGs ambientalistas buscam imprimir transformações nos critérios de relevância dos indivíduos, dentro do “cenário cognitivo do mundo da vida” trabalhado por Schutz (1979, p. 23) numa interface entre a Fenomenologia e as relações sociais.

No espectro da crise ambiental contemporânea, intervir nos critérios de relevância individuais se revela especialmente desafiador, tendo em vista um recorrente confronto de forças distintas, posto que o discurso ambientalista, via de regra, propõe revisões significativas na ordem produtiva dominante que, quase sempre, passam ao largo dos interesses imediatos de seus artífices.

Um exemplo claro deste embate está nos ditames da sociedade de consumo que, no entender do Ministério da Educação (2005), impõe aos cidadãos “uma espécie de ‘obrigação moral e cívica de consumir’” (p. 15), em contraponto à necessidade, hoje razoavelmente difundida, de uma revisão de valores em prol do chamado “consumo consciente”.

Em termos práticos, os enunciados das campanhas ambientalistas de maior alcance atestam a capacidade de promover a “deliberada intervenção” de que tratam Berger e Luckmann (2002), aqui exposta em analogia às mudanças de paradigma quanto às relações de indivíduos e sociedades com o meio ambiente.

Tais discursos, enquanto ações de esclarecimento aos cidadãos, seja pela via midiática, seja pela educação formal, são capazes de chegar a esse resultado tendo em vista que, “embora as rotinas, uma vez estabelecidas, transportem a tendência a persistir, a possibilidade de mudá-las ou mesmo aboli-las permanece ao alcance da consciência” (BERGER e LUCKMANN, 2002, p. 84).

Acatando-se o princípio defendido por esses autores, segundo o qual “é mais provável que o indivíduo se desvie de programas estabelecidos para ele pelos outros do



que de programas que ele próprio ajudou a estabelecer” (p. 89), verifica-se que, face às demandas ambientais a ganharem visibilidade de maneira contínua nas últimas décadas, as novas gerações emergem teoricamente mais propensas a romper com papéis institucionalizados, na medida em que já não os legitimam espontaneamente como se apresentam.

Afinal, ainda em alusão ao entendimento de Berger e Luckmann (2002), ao não trazer na memória o significado original de instituições, sua aceitação por parte dos “filhos” requer uma reinterpretação destes significados em “várias fórmulas legitimadoras”. É precisamente confrontando-as que o discurso ambientalista tem singular oportunidade de expor novos significados, legitimando-os, por sua vez, pela contextualização de cenários ambientais preocupantes, sistematicamente evidenciados à luz do conhecimento científico.

No transcurso desse propósito, adequa-se a visão de Oliveira (2006), quando estabelece conexões salutares entre as bases teóricas da Fenomenologia e seu potencial uso em atividades de educação ambiental:

Nesse processo de percepção do meio ambiente, a Fenomenologia fornece subsídios que permitem desvendar o mundo percebido e vivido do ser humano e mostrar que estes estão sempre compartilhando percepções comuns e mundo comum, pelo fato de possuírem órgãos similares. No entanto, para analisar as relações do ser humano com o meio, é necessário compreender, como está estruturado esse espaço percebido na mente das pessoas, ou seja, como ocorre a construção das imagens mentais. (OLIVEIRA, 2006, p. 35)

Em outras palavras, o conhecimento quanto à percepção de cada indivíduo face ao próprio Mundo da Vida revela-se norteador de ações capazes de atuar sobre ele, estabelecendo novos critérios de relevância que, no aspecto ambiental, em muito podem contribuir para a adoção de práticas e para a criação de hábitos menos degradantes aos recursos naturais.

É um processo de cunho cidadão que ganha ainda maior significado tendo em vista o alerta de Sulaiman (2010), para quem “o discurso da sustentabilidade claramente está sob o jugo do determinismo tecnológico, do crescimento econômico, do valor de mercado” (p. 31).



Comunicação do terceiro setor na sala de aula

Em tese, a intervenção neste universo simbólico social deveria encontrar espaço concreto de consecução a partir da função pedagógica e da função social da chamada grande mídia. Entretanto, para Sousa e Fernandes (2002), esse exercício enfrenta um obstáculo estrutural, na medida em que, enquanto mercado organizacional cujo foco é o lucro, os veículos de comunicação tendem a avaliar o sistema que lhes sustenta. Em termos práticos,

Ao revelar a extensão de tragédias ambientais, desmatamentos, poluição do ar e da água, não vão além da indignação e do apelo sensacional: a mudança de atitude reclamada não passa pela supressão da ordem nem pela transformação do modelo de progresso (SOUZA e FERNANDES, 2002, p. 2).

Na avaliação de Pinto (2010), essa lacuna da grande mídia vem sendo preenchida por entidades do terceiro setor com foco ambientalista, ao tempo em que exorta os detentores do poder sobre os caminhos da Comunicação de Massa a também adotarem “um posicionamento mais responsável, coerente com a busca por qualidade no que, afinal, é o produto que vendem: informação” (p. 4).

Trata-se de uma coerência cuja busca se mostra fundamental. Como defende Hannigan (2009), “sem a cobertura da mídia, as possibilidades que um problema prévio possa entrar numa arena do discurso público, ou se tornar parte do processo político, são bastante reduzidas” (p. 121).

No entanto, entidades do terceiro setor a atuarem sobre a crise ambiental operam hoje no que Miranda *et al* (2007) apontam como “distintos *loci* de produção da informação e do conhecimento, de criação e de reconhecimento de identidades e práticas culturais e sociais” (p. 17). Consolidam-se, assim, no bojo de “diferentes ‘ecossistemas educativos’, novos espaços-tempo de produção de conhecimento necessários para formação de cidadanias ativas” (p. 17).

Justamente dessa plenitude cidadã podem surgir os “processos de formação de hábitos” que, conforme Berger e Luckmann (2002), precedem toda institucionalização. Segundo os autores, um segmento da atividade humana torna-se institucionalizado apenas após submetido ao controle social; sendo assim, resta clara a oportunidade do



movimento ambientalista em subverter a ordem vigente, posto que romper com práticas predatórias aos recursos naturais encontra brecha ímpar no cenário da atualidade.

Para Soares (1999), a interface entre comunicação e educação – que ele chama de “educomunicação” - se traduz em um “novo campo epistemológico emergente”, a inaugurar um discurso-transverso, ou seja, um “discurso apoiado em interrelacionamentos, em processos circulares de interpenetração ao invés da análise de processos lineares marcados pela visão fragmentada da parte pelo todo” (p. 54).

É nesse sentido que a apropriação de peças comunicacionais do terceiro setor ambientalista, por parte da educação formal, pode revelar-se instrumento útil para redimensionar o exercício cidadão de cada sujeito social no enfrentamento às questões ambientais contemporâneas, nutrindo a instituição de um novo “Mundo da Vida”. Afinal, registra o autor, o agir pedagógico e o agir comunicativo estão

ambos entremeados pela linguagem que, além do valor de conhecimento, agrega também um valor de ação social que pode unir, separar, influir, integrar, persuadir, modificar ou fundamentar os comportamentos dos indivíduos (SOARES, 1999, p. 56).

Dentro do leque variado de possibilidades de mediação escolar ancorada em peças de campanhas ambientalistas, os recursos semióticos nelas utilizados mostram-se especialmente eficazes na avaliação de Almeida *et al* (2005), para quem “as linguagens visuais, por serem dinâmicas e por estarem presentes no cotidiano das pessoas, despertam a sensibilidade anteriormente à razão” (p. 233).

Num corpo discente de ensino fundamental, não é difícil imaginar, por exemplo, o impacto sobre o “Mundo da Vida” desse público diante da imagem de uma Chapeuzinho Vermelho sem floresta a ultrapassar no caminho para a casa da “vovozinha” (Figura 01).

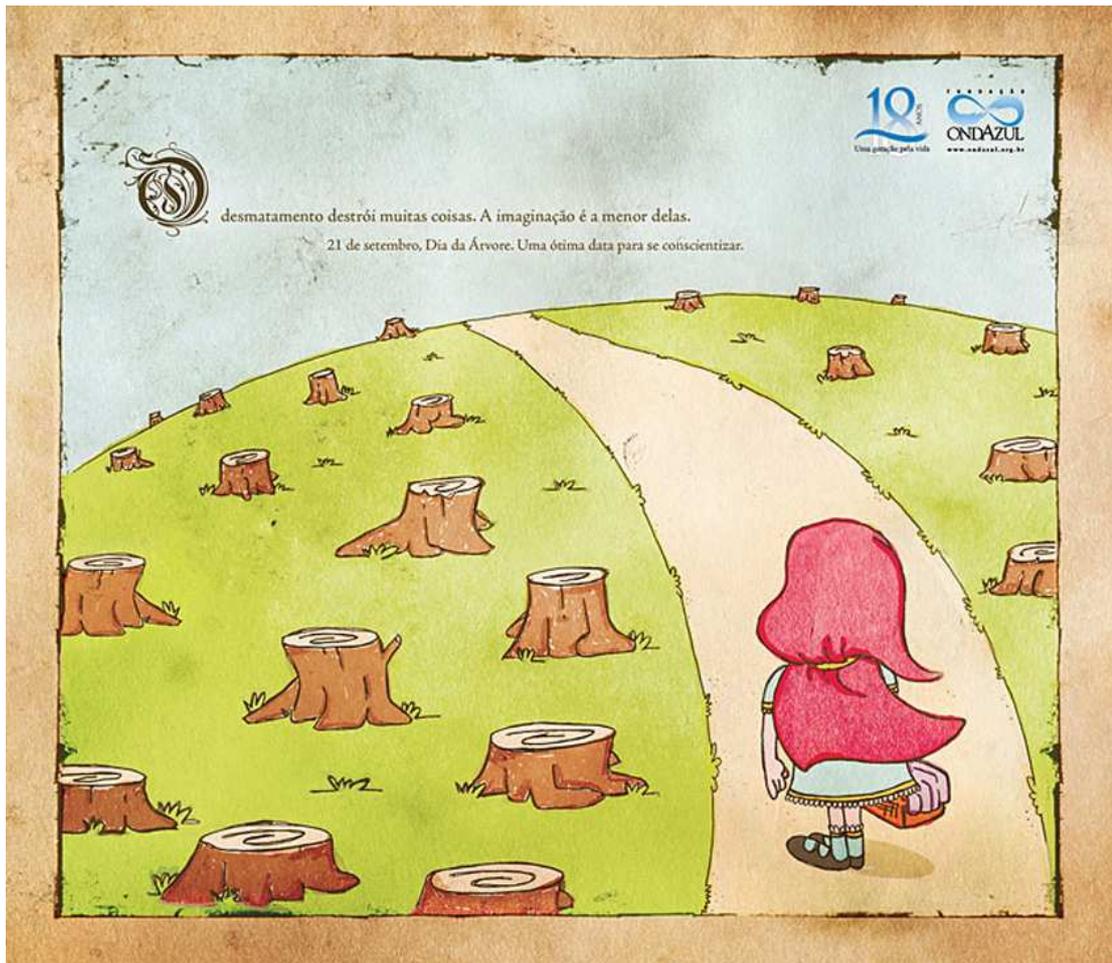


Figura 01: Anúncio de revista alusivo ao Dia da Árvore, produzido pela Fundação Onda Azul, 2008.

Considerações Finais

Não pairam dúvidas sobre o acelerado esgotamento dos recursos naturais planetários, devido a séculos de exploração predatória. Se hoje se observa uma crescente conscientização quanto à necessidade de rever este modelo, de implantação de uma nova ordem produtiva e de consumo, grande parte dessa transformação pode ser atribuída ao trabalho dos movimentos sociais ambientalistas.

São as ONGs de maior capacidade em conquistar espaços junto à mídia que, sistematicamente, vêm obtendo resultados no sentido de esclarecer comunidades e indivíduos quanto aos impactos negativos de atitudes que, até um passado recente, eram conformadoras de seus respectivos Mundos da Vida, legitimadas social e culturalmente.

Ao interferir nos estoques pessoais de conhecimentos, disseminando fatos corroborados pela Ciência, causas e efeitos do modelo de desenvolvimento ainda



vigente, entidades do terceiro setor delineiam um prognóstico nefasto para as novas gerações, no que se refere à qualidade ambiental. Com isso, obtém, especialmente por parte dos mais jovens, uma mobilização que seguramente se poderia acelerar a partir da adesão efetiva dos veículos de comunicação de massa a esse alerta e, em paralelo, dos atores da educação formal.

Trata-se de um movimento primordial no sentido de concretizar na prática o desenvolvimento sustentável, missão só possível se abraçada pelo conjunto das sociedades, no bojo de todas as suas operações e relações. Para isso, entretanto, não basta que se cristalizem nos respectivos cotidianos atitudes mais atentas aos recursos naturais, como a separação do lixo e o consumo consciente, por exemplo. É preciso efetivamente priorizar o verdadeiro exercício da cidadania, a partir da cobrança de políticas públicas nesse sentido; de uma produção mais ambientalmente limpa por parte da iniciativa privada e, individualmente, da adoção de um estilo de vida mais simples e menos apartado da natureza.

Várias ONGs vêm cumprindo esse propósito. Está mais do que na hora da comunicação de massa e da educação formal fazerem o mesmo. Um novo Mundo da Vida é urgente, pois a Terra tem pressa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isadora; BRANDO, Fernanda *et al.* Análise semiótica do potencial didático de vídeo para educação ambiental. In: Revista **Contrapontos**, v. 5, n. 2, p. 231-246 Itajaí (SC): Univali, mai./ago. 2005.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2002 (1985).

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRUZ, Fernanda Natasha Bravo. Sociedade civil transnacional e Rio 92: Uma abordagem gramsciana das novas configurações de poder do cenário internacional. In: **VI Congresso de Meio Ambiente da AUGM**, 2009, São Carlos. Anais de Eventos da UFScar, 2009. v. 5. Disponível em: <<http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A3-030.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2010.

HANNIGAN, John. Sociologia ambiental. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

JACOBI, Pedro Roberto. **Movimento Ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. Ribeiro, W. (org.) In: Patrimônio Ambiental Brasileiro, p. 519-543. São Paulo: EDUSP, 2003



- JOAS, Hans. **The creativity of action**. Chicago, The University of Chicago Press, 1996.
- LENE, Herica. O jornalismo de economia e a ditadura militar no Brasil: impulso e desenvolvimento. In: **Revista FAMECOS**, v. 17 n. 2, p. 24 – 32. Porto Alegre: PUC/RS, maio/agosto 2010.
- MENDOZA, Eddy e ANDERSON, Liana. Padrões de Desflorestamento nas Florestas Tropicais. In: **Sociedad Latinoamericana de Percepción Remota y Sistemas de Información Espacial - SELPER**, 2002, Cochabamba - Colombia. Anais - Sociedad Latinoamericana de Percepción Remota y Sistemas de Información Espacial - SELPER, 2002. Disponível em: <<http://www.selper-bolivia.org/articulos/T024.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2011.
- MIRANDA, Érica; SCHALL, Virgínia *et al.* Representações sociais sobre educação ambiental em grupos da terceira idade. In: **Ciência & Educação**, v. 13, n. 1, p. 15-28. Bauru (SP): UNESP, 2007.
- OLIVEIRA, Nilza. “A Educação Ambiental e a Percepção Fenomenológica através de Mapas mentais”. In: **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 16, p. 32-46. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande, 2006. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol16/art03v16.pdf> Acesso em: 7 mar. 2011.
- OTSUKI, K. “The global environment as life-worlds: on the senses of sustainable development”. In: **Revista Desenvolvimento e Meio ambiente**, Curitiba, Editora da UFPR, n.20, jul.dez.2009.
- PEÑAFIEL, Fany Maria M. “Ideologia do Movimento Ambientalista: Um estudo de casos múltiplos em quatro Organizações Não Governamentais de Florianópolis”. **XXIX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad)**. Brasília: 2005.
- PINTO, Monica Maria. “Mudanças Climáticas: o papel da Comunicação como aliada da Educação Ambiental”. In: **2º. Simpósio de Gestão Ambiental e Mudanças Climáticas (Simgamc)**. Curitiba (PR): Universidade Positivo, 2010.
- SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. RJ: Zahar, 1979.
- SOARES, Ismar de Oliveira. “Comunicação/Educação: A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais”. In: **Revista Contato**, ano 1, nº 2, p. 19-74. Brasília (DF): Senado Federal, jan./mar.1999.
- SOUSA, Cidoval Moraes; FERNANDES, Francisco Assis Martins. **Mídia e Meio Ambiente: Limites e Possibilidades**. Departamento de Comunicação Social Universidade de Taubaté, 2002. Disponível em: <<http://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/midiaemeioambiente-N2-2002.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2011.
- SULAIMAN, Samia. **Educação ambiental á luz da análise do discurso da sustentabilidade: do conhecimento científico à formação cidadã**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. 132 p. São Paulo: USP, 2010.
- TOMASONI, Marco Antônio e Sônia Marise. **Ecologia, Ética e Ambientalismo: Prefácio de suas ambigüidades**. Universidade Federal da Bahia (UFBA): 2002. Disponível em:



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Londrina – PR - 26 a 28 de maio de 2011

<<http://www.geoambiente.ufba.br/Arquivos%20extras/Textos/Ecologia,%20%C3%A9tica%20e%20ambientalismo.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2010.

CONSUMO SUSTENTÁVEL: Manual de educação. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/IDEC, 2005. 160 p.

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA – 50 anos. São Paulo: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), 2006.